



Presidido por José Lourenço, o PFL decidiu, em reunião, optar pela oposição ao Governo de Sarney

PFL, agora, encampa a bandeira das diretas

A defesa da realização de eleições diretas para Presidente da República em março do próximo ano, as críticas ao ministro Dilson Funaro, acusado de "mentir descaradamente", e a exigência de solidariedade dos ministros do partido, admitindo-se sua retirada do Governo, marcaram ontem a reunião da bancada do PFL na Câmara.

O rompimento da Aliança Democrática, com o PFL passando a ser oposição, foi defendido pela maioria dos oradores. Alguns deputados sugeriram que o PFL exija do ministro da Fazenda uma solução para as reivindicações das classes em greve. Outros queixaram-se de que o ministro não atendeu às propostas do partido em relação ao Imposto de Renda.

MENTIROSO

O deputado Messias Góes (SE) foi dos mais incisivos nas críticas ao ministro Dilson Funaro, que "continua mentindo descaradamente nas entrevistas enquanto leva o País ao abismo". Para o deputado Manoel de Castro (BA) é "uma afronta à Nação defen-

der o ministro Funaro", que está contra as reivindicações dos bancários, muitos dos quais "estão recebendo salários que as empregadas domésticas não aceitam". Ele se queixou, ainda, de que o ministro não levou em consideração as ponderações do PFL sobre o aumento do Imposto de Renda.

Frisando que o "povo está sofrendo", o deputado Jairo Carneiro (BA) exigiu um posicionamento mais firme do PFL em relação à política econômica. O povo, a seu ver, não votou no PMDB, mas no Plano Cruzado, que classificou de eleitoral. O deputado Iberê Ferreira de Souza (RN) destacou a necessidade de o partido tomar uma atitude sobre os grevistas, defendendo junto ao Governo suas reivindicações se forem justas.

O presidente do PFL, Maurício Campos (MG), informou que desde a semana passada a executiva do PFL está tentando um encontro com o ministro Funaro para análise das greves. Contudo, não teve resposta. Irritado, Manoel de Castro protestou contra a humilhação e defendeu a

tomada de uma posição mais forte.

DIRETAS

A deputada Sandra Cavalcanti (RJ) foi o centro da reunião. A seu ver, não há mais necessidade de os principais líderes do PFL continuarem no ministério. Eles ficarão muito desgastados e seus "retratos" poderão não servir quando o partido deles precisar. Os ministros, a seu ver, devem prestar solidariedade a sua bancada e examinar a possibilidade de sair do Governo.

Bastante aplaudida pela bancada, Sandra Cavalcanti defendeu a realização de eleições diretas em março de 88, frisando que "ninguém agüenta mais ver o País sem comando, à deriva, como está". Não há, a seu ver, inconveniente em o PFL passar para a oposição. "Ficar em oposição não é nenhuma desgraça. A grande desgraça para um político, hoje, é defender o que está acontecendo no Brasil".

A intervenção de Sandra desagradou profundamente os senadores do PFL presentes à reunião. Na última segunda-feira a bancada do PFL no Senado

aprovou, por unanimidade, uma nota oficial defendendo o mandato de seis anos para o presidente Sarney.

BRINCADEIRA

Humberto Souto advertiu que o PMDB humilhou o PFL duas vezes nas negociações para a Mesa da Constituinte. O episódio mostrou a impossibilidade de ser mantida a Aliança Democrática, porque o PMDB é o adversário. Essa história de que o PFL é partido de oposição ao PMDB, mas apóia o presidente Sarney, "não cola". "O PFL tem de deixar de ser um partido de brincadeira".

O PFL, de acordo com Humberto Souto, prestaria um grande serviço ao presidente Sarney e ao País se rompesse a Aliança Democrática. Ficando como está, o partido não resistirá às próximas eleições e o povo fará sua opção entre o PMDB e o PT. Souto alertou sobre as consequências políticas da nomeação de Aníbal Teixeira para ministro do Planejamento e frisou que o governador de Minas, Newton Cardoso, do PMDB, também fará o ministro dos transportes.

Proposta de Righi gera discordância

O deputado Gastone Righi apresentou à Mesa da Constituinte — e espera ver publicado amanhã — projeto de resolução propondo a instituição do parlamentarismo no Brasil. O líder do PTB considera sua proposta uma forma de definir previamente o sistema de governo que o País terá, por acreditar que a falta desta definição impedirá o funcionamento da "mecânica da Constituinte". Mas líderes de três das maiores bancadas do Congresso Nacional — PMDB, PFL e PDT — discordam veementemente.

Para o líder do PFL no Senado, Carlos Alberto Chiarelli (RS), "não existe Constituição que se aprove aos pedaços", nem haverá entraves para as comissões temáticas por falta desta definição. Opinião semelhante foi dada pelo líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP), para quem o processo Constitucional não pode obedecer "a um cronograma".

O PDT já tomou sua definição sobre o sistema de governo a ser adotado pelo Brasil. No que depender deste partido, continuaremos com o presidencialismo. Mas, para seu líder na Câmara, deputado Brândão Monteiro (RS), esta questão deverá ser decidida como todas as demais — e não antecipadamente.

Sarney prefere parlamentarismo

O senador Afonso Arinos (PFL-RJ) revelou a parlamentares do PFL que o presidente José Sarney confirmou-lhe, recentemente, ter grande simpatia pelo sistema parlamentarista. A liderança do PFL no Senado designou os senadores Arinos e João Menezes (PA) para apresentarem ao partido um estudo sobre a mudança de regime.

O senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), presidente do grupo parlamentarista, anunciou ontem que já tem uma proposta de emenda constitucional estabelecendo este sistema. O deputado César Cals (PDS-CE) obteve o apoio dos líderes do PTB e do PCB para sua proposta de resolução estabelecendo uma definição imediata da Constituinte sobre o regime de Governo.

DESAMBIÇÃO

A informação do senador Afonso Arinos sobre a reafirmação da simpatia do presidente Sarney pelo parlamentarismo causou, ontem, uma grande movimentação. A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) propôs que o partido se definisse o mais rapidamente possível sobre o regime político.

Parlamentarista convicto, o deputado Victor Faccioni (PDS-RS) combinou com os senadores Nelson Carneiro e Marcondes Gadelha (PMDB-PB) uma

reunião formal dos parlamentares favoráveis à modificação do regime para a próxima semana. Faccioni está muito esperançoso, frisando que todas as pesquisas feitas entre os constituintes deram maioria como favorável ao parlamentarismo.

Por uma questão ética, o senador João Menezes tem evitado definir-se sobre os dois regimes, presidencialista e parlamentarista, em que se baseará o seu estudo juntamente com Arinos. Ele, no entanto, é favorável ao parlamentarismo mitigado, um sistema híbrido em que se preserve a figura do Presidente da República.

Em três dias, o deputado César Cals conseguiu as assinaturas de 72 parlamentares para sua proposta de resolução, estabelecendo que a primeira definição da Constituinte será sobre a forma de Governo, o que, a seu ver, condicionará a própria Constituição. O senador Afonso Camargo (PMDB-PR), considerado um dos principais articuladores do Congresso, está a favor da iniciativa.

Faccioni enfatizava ontem, no plenário da Constituinte, que a reafirmação da simpatia do Presidente pelo parlamentarismo não o surpreende. Lembrou que Sarney, em diversas vezes, acentuou a dificuldade em governar sozinho um País com tantos problemas e dessa dimensão.

Economia dita regras do acordo

O líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, reconheceu ontem que o sucesso e manutenção do acordo político que está sendo tentado para fixar tempo do mandato do Presidente da República está condicionado ao sucesso da política econômica e financeira do Governo.

Ele admitiu que se a economia for mal, o acordo poderá ficar apenas no compromisso, sem chegar a ser formalizado através da sua inscrição na nova Carta. O PMDB está trabalhando para deixar a duração acertada logo, certo de que desse modo estaria assegurada a tranquilidade para tratar do assunto depois.

Sant'Anna vem pesquisando entre os deputados qual a preferência em termos de duração de mandato. Após ouvir mais de cem peemedebistas assegurou que eles são pela manutenção dos seis anos, enquanto o presidente Ulysses Guimarães, que também executa a mesma tarefa, apurou que ela é de cinco anos. O líder governista alega que a divergência deve-se às regiões abrangidas pelos dois, pois começaram por estados diferentes.

O líder do Governo admite os riscos, mas está certo de que esse acordo precisa sair até maio, no máximo, enquanto a sua inscrição no texto constitucional pode aguardar o momento oportuno.

Educação pode dividir PMDB

O debate a ser estabelecido na Comissão de Educação sobre a fórmula de ensino que deverá ser implantada no País — público e gratuito ou pago — poderá demonstrar, na prática, que os constituintes não estarão divididos exatamente em partidos na discussão de importantes temas da Constituição. Neste caso, as duas correntes deverão ser lideradas pelos deputados peemedebistas Hermes Zaneti (RS), ex-presidente da Confederação dos Professores do Brasil (CPB), e Bezerra de Mello (CE), ligado à Faculdade de Mogi das Cruzes.

Mesmo sendo candidato a relator da grande comissão, que envolve três subcomissões: Educação, Cultura e Esportes; Ciência e Tecnologia e Comunicação; Família, Menor e Idoso; Hermes Zaneti deixa claro que dará uma atenção especial ao tema educação.

Entende que a nova Constituição deve estabelecer os princípios da Educação, tais como o ensino público e gratuito em todos os níveis, o percentual mínimo de verbas para o setor e a liberdade de ensinar e aprender. Considera insufi-

ciente o percentual de recursos da União aplicados na Educação — 13 por cento da receita de impostos federais. Acha que o ideal seria 25 por cento. O representante do PDT na comissão, Chico Humberto (MG), está plenamente de acordo com estas propostas, mas Bezerra de Mello defende outros interesses.

O lobby das escolas particulares deverá ser intensificado a partir da próxima semana. Justamente por isso, o ex-presidente da CPB procura assegurar um espaço importante dentro da comissão. Ontem, esteve com o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, para anunciar a sua pretensão. Ouviu uma resposta animadora: "Não precisava avisar sobre a sua pretensão. As suas credenciais já o indicavam para o cargo".

Mas Zaneti deverá disputar o cargo de relator com o deputado carioca Artur da Távola (PMDB), este mais interessado na subcomissão de Ciência e Tecnologia e Comunicação. Esta disputa, entretanto, será travada dentro do partido, podendo acabar com um acordo amigável.

PLENÁRIO

Política econômica é criticada

Mais uma vez a política econômica do Governo foi atacada ontem na Assembleia Nacional Constituinte, sem que os líderes governistas se manifestassem em sua defesa. As críticas, ao contrário, partiram também de dentro do PMDB e do PFL.

Logo no início da sessão plenária, o deputado Auro Ramos (PMDB-RJ), alertou para a gravidade do quadro econômico, com a erupção de várias greves, segundo ele provocadas por um modelo de concentração de renda "incompatível com a dignidade humana".

— A insatisfação que está nas ruas pode e deve ser resolvida com a participação dos partidos políticos, frisou, observando que não há saída para o País que não passe pelo atendimento às reivindicações dos tra-

balhadores. "Concito todos os constituintes e partidos políticos para um movimento de união em defesa dos interesses nacionais, de uma auditoria da dívida externa e de melhores salários para o trabalhador", acrescentou.

Ainda do PMDB, Francisco Carneiro (DF) disse que muitas das empresas constituídas durante sua gestão como secretário da Indústria, Comércio e Turismo do DF se tornaram inviáveis com os juros bancários atuais e reclamou maior apoio à atividade produtiva. Já Abigail Feltona (PMDB-BA), lembrando do pedido de empresários ao presidente Sarney para que o País recorresse ao FMI, indagou: "Será que esses empresários internacionalizam até o sangue que correm em suas veias?"

Luiz Soyer (PMDB-GO) destacou que o PMDB deve "exigir" do presidente Sarney uma medida urgente para conter os juros. Domingos Leonelli (PMDB-BA), reclamou um plano econômico que compatibilize a política governamental com o programa do partido. Gonzaga Patriota (PMDB-PE), se referindo à entrevista concedida ontem de manhã a uma emissora de televisão pelo ministro Dilson Funaro, acusou de usar "o mesmo linguajar" do czar da economia na Velha República, o hoje constituinte Delfim Netto (PDS-SP).

A mesma entrevista mereceu reparos do PFL, com o deputado Thomaz Nonó (AL) considerando-a "nitidamente surrealista". Repetindo frase dita por Carlos Lacerda no governo Castelo Branco, disse que "o Governo está matando o

pobre de fome e o rico de raiva", afirmou não vislumbrar nenhum sinal positivo na economia, enquanto cada vez se concentra mais poder no Ministério da Fazenda.

Fora da Aliança, o esvaziamento do Ministério do Planejamento não foi comentado, mas o novo ministro, Aníbal Teixeira, foi apresentado ao plenário, pelo deputado mineiro Virgílio Guimarães (PT), como político de direita. Entusiasmado, o parlamentar petista falou da vida do ministro desde seus tempos de movimento estudantil, no governo JK até hoje, procurando sempre suas ligações com a direita. Aníbal, contudo, foi também saudado no plenário, com o deputado Osvaldo Sobrinho (PMDB-MT) parabenizando o presidente Sarney por sua escolha".